

Nota Informativa

Edição 057/2024

DESTAQUES

Projetos da reforma tributária devem ser enviados ao Congresso no início da próxima semana, diz PGFN

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O debate sobre direitos autorais e IA vai ser aprofundado pela Associação Brasileira dos Anunciantes

TCU critica proposta que regula inteligência artificial no Senado

Estado recebe comitiva de Portugal para troca de experiências em inovação

Microsoft faz investimento de US\$ 1,5 bi em empresa de inteligência artificial dos Emirados Árabes

Senado aprova cobrança de Condecine de vídeos pela internet

Estudo mostra falta de confiança dos brasileiros em inovações

REFORMA ADMINISTRATIVA

Comissão de especialistas quer propor revisão de decreto-lei que trata da organização da administração pública

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer fatiar reforma tributária em quatro projetos de lei; Fazenda resiste

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Deputados e prefeitos criticam proposta que eleva a contribuição previdenciária dos municípios

Tebet reitera que governo não mudou e não vai mudar lei do arcabouço

Não é direito líquido e certo do contribuinte compensar impostos devidos com créditos de decisão judicial, diz Barreirinhas

Projeto adapta Estatuto da Microempresa à reforma tributária aprovada pelo Congresso

Mercado mantém otimismo com inflação e economia

‘Política fiscal está menos coordenada com a monetária’, diz Campos Neto

Projeto da LDO prevê crescimento de 2,8% para o próximo ano

ORÇAMENTO

LDO de 2025 prioriza investimentos em andamento e PAC

Congresso insiste em retomar o total de emendas, mas o governo quer limitar a R\$ 3,6 bilhões.

Governo Federal vai propor salário mínimo de R\$ 1.502 e meta fiscal zero para 2025

POLÍTICA

Congresso quer compensação de emendas vetadas, mas governo resiste

Lula participa de Fórum Empresarial na Colômbia para ampliar comércio bilateral

RELAÇÕES EXTERIORES

3 números que mostram por que a economia verde pode impulsionar o comércio entre Brasil e Áustria

SAÚDE

Ministério das Comunicações participa de Congresso Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde

DESTAQUES

Projetos da reforma tributária devem ser enviados ao Congresso no início da próxima semana, diz PGFN

Poder Executivo | 16/04/2024 – 12h52min

A Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN) está auxiliando na conclusão dos textos de regulamentação da reforma tributária, sob coordenação do secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, e afirma que o material deve ser encaminhado à Casa Civil ainda na semana, para revisão final, e então enviado ao Congresso Nacional, no início da semana do dia 22. A ideia é encaminhar dois projetos, imediatamente um com as normas gerais, tratando de IBS e CSB e cashback, e algumas matérias específicas irão depois, em projeto à parte, com normas operacionais, segundo

Moisés Carvalho, procurador da Fazenda, afirmou na terça-feira (16), na apresentação do relatório "PGFN em Números". Os dois projetos ficarão prontos e serão enviados à Casa Civil, que poderá decidir já encaminhar os dois ou um deles primeiro. Haverá ainda um terceiro projeto de lei complementar a ser enviado depois, tratando de fundos de desenvolvimento e da Amazônia. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

O debate sobre direitos autorais e IA vai ser aprofundado pela Associação Brasileira dos Anunciantes

Mercado | 16/04/2024 – 15h25min

Em 2024, ano em que completa 65 anos, a Associação Brasileira de Anunciantes (ABA) está às voltas com um tema que está mudando o mercado de publicidade, e muitos outros: o avanço da inteligência artificial generativa. A tecnologia tem potencial para criar textos, imagens vídeos. Entretanto, esbarra em questões como direitos autorais. "Tateamos essa discussão no ano passado, mas agora vamos aprofundá-la com os nossos associados; e, se for o caso, lançaremos um guia de boas práticas", afirma Nelcina Tropardi, presidente da entidade. "É uma tecnologia que vem contribuir positivamente com inovação em diferentes setores. Mas é importante estar sensível aos impactos que ela pode causar no consumidor."

Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

TCU critica proposta que regula inteligência artificial no Senado

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 14h22min

Ao analisar o projeto que lei que tramita no Senado sobre a implementação da Estratégia Brasileira de Inteligência Artificial no Brasil, o TCU identificou que a proposta "adota caráter restritivo no que tange ao desenvolvimento do mercado de IA". De autoria de Rodrigo Pacheco e relatado por Eduardo Gomes, o texto final é resultado de uma comissão de juristas formado em 2022 para discutir a regulamentação de IA no país. Porém, aos olhos no TCU, a escolha não é a melhor aposta para o futuro do Brasil: "O PL 2.338/2023, que busca regular o uso da IA e que está em tramitação no Senado, adota caráter restritivo no que tange ao desenvolvimento do mercado de IA, pois enfatiza aspecto temerário quanto ao desenvolvimento da tecnologia no país, em detrimento da adoção de diretrizes capazes de provocar o desenvolvimento responsável da tecnologia, a partir do incentivo ao desenvolvimento de pesquisas que mitiguem os riscos associados". Fonte: O Globo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estado recebe comitiva de Portugal para troca de experiências em inovação

Poder Executivo | 16/04/2024 – 14h10min

O Governo do Paraná recebeu na terça-feira (16) representantes da Comunidade Intermunicipal do Cávado, sub-região do Norte de Portugal, para troca de experiências nas áreas de inovação e tecnologia. A comitiva é formada por representantes políticos das cidades e distritos de Amares, Braga, Barcelos, Esposende, Terras de Bouro e Vila Verde. A recepção foi nas sedes da Secretaria da Inovação, Modernização e Transformação Digital (SEI) e Celepar, em Curitiba. No encontro, foram apresentados projetos do Estado relacionados à exportação de tecnologias, além de propostas para fortalecimento de possíveis parcerias entre o Paraná e Portugal. A diretora-geral da SEI, Jéssica leger, destacou os bons resultados do Paraná na inovação, que recentemente foi eleito pelo segundo ano consecutivo o estado mais inovador e sustentável do Brasil pelo ranking Bright Cities, que leva em conta indicadores

usados pela Organização das Nações Unidas (ONU) para guiar melhores práticas de desenvolvimento sustentável e inclusivo. “Além das oportunidades de exportação das nossas tecnologias e possibilidade de internacionalizar empresas paranaenses, vemos Portugal como um modelo de sucesso no setor”, afirmou. Fonte: Governo do Estado do Paraná

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Microsoft faz investimento de US\$ 1,5 bi em empresa de inteligência artificial dos Emirados Árabes

Mercado | 16/04/2024 – 07h46min

A Microsoft vai investir US\$ 1,5 bilhões em uma empresa de tecnologia dos Emirados Árabes Unidos em um acordo que inclui pacto entre os governos do país e dos Estados Unidos para garantir segurança em torno de inteligência artificial. As relações entre os dois países estão mais afastadas nos últimos anos por conta da proximidade de Abu Dhabi com a China e suas empresas de tecnologia. O acordo da Microsoft com a G42 indica uma mudança do governo do país do Golfo. Os detalhes do acordo não foram divulgados. Brad Smith, presidente da Microsoft, vai entrar para o conselho da G42 e a empresa dos Emirados Árabes irá utilizar os serviços de nuvem da Azure para seus produtos de inteligência artificial. Um dos objetivos do governo dos Emirados Árabes é se tornar uma potência no desenvolvimento de inteligência artificial. Em outubro, a G42 fez uma parceria com a OpenAI para avançar na implementação de IA no Oriente Médio. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Senado aprova cobrança de Condecine de vídeos pela internet

Poder Legislativo | 16/04/2024

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado Federal aprovou na terça, 16/4, O PL 2.331/2022, que regulamenta os serviços de oferta de vídeo sob demanda pela internet e determina o recolhimento da Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine). Aprovado em caráter terminativo, o texto segue para a Câmara dos Deputados se não houver recurso para votação em Plenário. O projeto inicialmente alterava apenas a MP 2.228-1, de 2001, para permitir a cobrança para a Condecine. Com o substitutivo, modifica também a Lei 12.485, de 2011, a "Lei da TV Paga". A proposta tramita em conjunto com o PL 1.994/2023, do senador Humberto Costa (PT-PE), para o qual Eduardo Gomes recomendou a rejeição. O texto final regulamenta a prestação de serviço de vídeo sob demanda, de plataformas de compartilhamento de conteúdos audiovisuais e de televisão por protocolo de internet. A regulação é válida para todas as empresas baseadas no Brasil, independentemente da localização da sede ou da infraestrutura para prestação do serviço. Fonte: Convergência Digital

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Estudo mostra falta de confiança dos brasileiros em inovações

Mercado | 16/04/2024

Há um grande distanciamento entre a sociedade e inovações, como inteligência artificial, medicina genética e alimentos geneticamente modificados. Entre os 28 países pesquisados, a maioria tende a acreditar que inovações na sociedade são mal gerenciadas, apontou o Edelman Trust Barometer 2024, acrescentando que, quando as pessoas têm essa percepção, elas são mais propensas a rejeitar o surgimento dessas novas tecnologias. O estudo identificou uma grande lacuna entre a confiança nos setores e nas inovações que promovem. Apesar de 79% dos brasileiros afirmarem que as empresas de tecnologia são confiáveis, apenas 53% confiam na IA. O mesmo acontece para as empresas de saúde: 70% confiam em seus negócios, mas apenas 56% confiam em medicina genética. A diferença mais

relevante está no setor de alimentos e bebidas, no qual 75% afirmam confiar, mas apenas 31% confiam em alimentos geneticamente modificados, uma diferença de 44 pontos. As empresas aparecem como as únicas confiáveis – com 63% de confiança - para integrar as inovações na sociedade, garantindo que sejam seguras, compreendidas pelo público, benéficas e acessíveis. Enquanto ONGs (52% de confiança) e mídia (50%) ficam no patamar da neutralidade, a desconfiança predomina em relação ao governo (46%). Fonte: Abranet

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA ADMINISTRATIVA

Comissão de especialistas quer propor revisão de decreto-lei que trata da organização da administração pública

Poder Executivo | 16/04/2024 – 11h20min

A Advocacia-Geral da União (AGU) e o Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI) criaram uma comissão de especialistas para elaborar proposta de revisão da revisão do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, que trata da organização da administração pública federal e estabelece diretrizes para a reforma administrativa. Portaria publicada no Diário Oficial da União (DOU) prevê um prazo de 12 meses para que a proposta seja finalizada. De acordo com o ministério, o grupo tem o objetivo de “tomar a legislação compatível com a Constituição Federal de 1988 e com a modernização do serviço público”. A comissão deverá ser formada por representantes da AGU, da Consultoria-Geral da União (CGU), da Procuradoria-Geral Federal (PGF), do MGI, da sociedade civil e de entidades públicas. O trabalho será coordenado pela Secretaria-Geral de Consultoria da AGU e os membros da comissão deverão se reunir a cada quinze dias, ou mediante convocação do coordenador. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

REFORMA TRIBUTÁRIA

Lira quer fatar reforma tributária em quatro projetos de lei; Fazenda resiste

Poder Legislativo | 15/04/2024 – 16h07min

O governo faz as checagens e negociações finais com Estados e municípios para fechar os dois anteprojetos que serão enviados ao Congresso para regulamentar a operação da reforma tributária, que começa em 2026. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), sinalizou que deseja fatar os textos em quatro projetos de lei, mas o Ministério da Fazenda resiste. O desenho elaborado pela equipe econômica é que um anteprojeto trate do “mérito” (conteúdo) da nova tributação sobre o consumo – ou seja, sobre as alíquotas e a base tributável, que deve ser idêntica nos dois IVAs (Imposto sobre Valor Agregado) que funcionarão como espelho: a CBS (federal) e o IBS (de Estados e municípios). O segundo anteprojeto tratará sobre o “processo” e tudo o que envolve a cobrança tributária em si, como a articulação das secretarias estaduais de Fazenda e o Fisco nacional. Lira sinalizou que gostaria de fatar o debate em quatro: um sobre a cobrança do IVA; o segundo sobre o Imposto Seletivo, que vem causando temor no setor produtivo; o terceiro sobre a governança no novo regime de tributação; e o quarto sobre o processo de tributação. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ECONOMIA E TRIBUTÁRIO

Deputados e prefeitos criticam proposta que eleva a contribuição previdenciária dos municípios

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 13h15min

Parlamentares e prefeitos criticaram na terça-feira (16), durante comissão geral no Plenário da Câmara dos Deputados, o Projeto de Lei 1027/24, que prevê uma elevação gradual da contribuição previdenciária dos municípios. "A proposta tem caráter temporário e não resolve problemas dos municípios", criticou o deputado Gilson Daniel (Pode-ES), um dos que sugeriram a comissão geral. "Não vamos aceitar recuos nas conquistas dos municípios", avisou. Está em vigor uma desoneração na folha de pagamento das prefeituras, pela qual a alíquota foi reduzida de 20% para 8% em todas as cidades com até 156.216 habitantes. São quase 5,4 mil municípios, ou cerca de 96% do total. "Nossa luta é para manter a desoneração, até com uma alíquota de 14%, e para isso ofereceremos alternativas concretas ao governo e ao Congresso", afirmou o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Tebet reitera que governo não mudou e não vai mudar lei do arcabouço

Poder Executivo | 16/04/2024 – 12h42min

A ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, voltou a defender na terça-feira, 16, em entrevista à Globonews, que a mudança das metas fiscais a partir de 2025 não significam uma alteração da lei do novo arcabouço fiscal. Ela reforçou que "não passa pela cabeça" da equipe econômica alterar o que ela considera como "as duas travas principais" e o "mantra" do arcabouço: as definições de que o governo poderá aumentar o gastos na proporção de até 70% do crescimento das receitas, mas desde que seja respeitado o limite de 2,5% de alta real dos gastos. "Ainda que a PLDO [Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias] faça parte do arcabouço, nós não mudamos a lei do arcabouço e nem vamos mudar. Porque sabemos do impacto nocivo disso e, aí sim, teríamos problema na curva de juro e de sustentabilidade da dívida", explicou a ministra. Fonte: Correio do Povo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Não é direito líquido e certo do contribuinte compensar impostos devidos com créditos de decisão judicial, diz Barreirinhas

Poder Executivo | 16/04/2024 – 11h22min

O secretário da Receita Federal, Robinson Barreirinhas, afirmou na terça-feira (16) que "não é direito líquido e certo de um contribuinte" compensar impostos devidos com créditos tributários oriundos via decisão judicial, expediente que foi limitado pelo governo com a edição de uma medida provisória (MP 1.202/2023) no fim do ano passado. Em audiência pública no Congresso Nacional, Barreirinhas falou que é "pacífico" o entendimento no Judiciário de que o contribuinte tem o direito a receber o que o Estado lhe deve via precatório. Já o direito a créditos tributários para abatimento de tributos "se dá no limite da lei dos entes tributantes", argumentou. Ela também negou que a limitação imposta visa aumentar a arrecadação federal, apesar de a própria Receita Federal prever elevar sua receita em R\$ 24 bilhões em 2024 com a medida. "Não é medida arrecadatória, é de organização do orçamento público", alegou o secretário. Fonte: Valor Econômico

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto adapta Estatuto da Microempresa à reforma tributária aprovada pelo Congresso

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 11h21min

O Projeto de Lei Complementar (PLP) 7/24, do deputado Luiz Carlos Hauly (Pode-PR), altera diversos pontos do Estatuto da Micro e Pequena Empresa para adaptá-lo à reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional (Emenda Constitucional 132). A proposta está

em análise na Câmara dos Deputados. A medida é necessária, segundo Haully, porque a reforma extingue os tributos que fazem parte do Simples Nacional (ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins). Eles serão substituídos pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência estadual e municipal, e pela Contribuição de Bens e Serviços (CBS), federal. “Estamos propondo a alteração pontual da norma a fim de que contemple adequadamente o novo arcabouço normativo constitucional”, disse Haully. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Mercado mantém otimismo com inflação e economia

Mercado | 16/04/2024 – 10h32min

Expectativas de queda da inflação e otimismo com a economia do país. Este é o cenário projetado pelo mercado financeiro, segundo o boletim Focus, divulgado na terça-feira (14), em Brasília, pelo Banco Central. Com relação ao PIB – Produto Interno Bruto, a soma de todas riquezas produzidas no país –, é a nona semana seguida de alta nas estimativas, com o mercado esperando crescimento de 1,95% em 2024. Na semana passada, espera-se que a economia cresceria 1,9% no ano, e, há quatro semanas, a expansão estava em 1,8%. Para os anos subsequentes, a estimativa se mantém estável há diversas semanas em 2% para 2025, 2026 e 2027. O mercado financeiro projeta uma inflação de 3,71% ao final de 2024, percentual abaixo do projetado há uma semana (3,76%). Há quatro semanas, esperava-se que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – considerada a inflação oficial do país – fecharia 2024 em 3,79%. Fonte: Agência Brasil

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

‘Política fiscal está menos coordenada com a monetária’, diz Campos Neto

Poder Executivo | 15/04/2024 – 18h50min

A política fiscal está ficando cada vez menos coordenada com a política monetária, disse o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na segunda-feira, 15. Para Campos Neto, se as pessoas perderem a confiança na âncora fiscal, a âncora monetária será afetada. O presidente do BC ponderou que a autarquia tenta não comentar sobre a política fiscal tanto quanto possível, mas frisou que, se há perda de credibilidade ou transparência no fiscal, há aumento de custos da política monetária. “Dito isso, o mercado tinha um número muito pior para o fiscal do que a nova meta realmente adotada”, salientou Campos Neto, em referência à alteração promovida pelo governo na meta fiscal de 2025. Fonte: O Estado de S. Paulo

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Projeto da LDO prevê crescimento de 2,8% para o próximo ano

Poder Executivo | 15/04/2024 – 18h20min

A economia brasileira deverá crescer 2,8% no próximo ano, depois de crescer 2,2% em 2024. A estimativa consta no Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) 2025, enviado na segunda-feira (15) ao Congresso Nacional. Pelas estimativas oficiais, a inflação pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) cairá para 3,1% em 2025, 3% em 2026, 2027 e 2028, contra 3,5% previstos para este ano. As projeções para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado na correção do salário mínimo, serão nos mesmos percentuais: 3% de 2025 a 2028, abaixo dos 3,25% projetados para este ano. Em relação ao IPCA, índice oficial de inflação, a projeção para o próximo ano está dentro da meta de 3% definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), com margem de 1,5 ponto percentual. Com o intervalo de tolerância, a inflação poderá ficar entre 1,5% e 4,5% no próximo ano sem resultar em descumprimento da meta. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

ORÇAMENTO

LDO de 2025 prioriza investimentos em andamento e PAC

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 15h35min

O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025 (PLN 3/24) enviado pelo governo ao Congresso traz algumas medidas para priorizar investimentos em andamento e o novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O projeto propõe equilibrar receitas e despesas em 2025, repetindo a meta de 2024. E estima o salário mínimo do ano que vem em R\$ 1.502. A LDO estabelece as diretrizes para a elaboração do Orçamento do ano seguinte. O texto propõe que todas as emendas parlamentares ao Orçamento sejam destinadas prioritariamente a projetos em andamento. Quando elas se referirem a novos investimentos que precisem de mais de um ano de execução ou quando já tenham sido iniciadas por um parlamentar, elas deverão ser continuadas pelo mesmo autor até a sua conclusão. Até agora, essa regra vale apenas para emendas de bancadas estaduais. As emendas parlamentares ao Orçamento também podem ser individuais, de autoria de deputados e senadores; e de comissões permanentes da Câmara e do Senado. Fonte: Agência Câmara

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Congresso insiste em retomar o total de emendas, mas o governo quer limitar a R\$ 3,6 bilhões.

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 13h31min

O Congresso pressiona o governo Lula para retomar a totalidade dos valores vetados em emendas de comissão, ou seja, R\$ 5,6 bilhões. A gestão petista, no entanto, continua negociando para um retorno parcial das emendas, no valor de R\$ 3,6 bilhões, segundo apurou o Congresso em Foco. A negociação está sendo realizada pelo líder do Governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (PSD-MG). Apesar da posição do governo, até mesmo senadores governistas ouvidos pela reportagem já falam na retomada total do valor das emendas de comissão. A expectativa do governo é que essa definição seja feita até a semana do dia 22. Inicialmente, haveria uma sessão para análise de vetos na quinta-feira (18). Mas o governo pediu o adiamento para evitar que os vetos do Orçamento fossem analisados e, assim, a gestão petista fosse derrotada. Agora, parlamentares trabalham com a data de 25 de abril para a sessão. Fonte: Congresso em Foco

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Governo Federal vai propor salário mínimo de R\$ 1.502 e meta fiscal zero para 2025

Poder Executivo | 15/04/2024 – 19h10min

O Governo Federal confirmou, na segunda-feira, 15 de abril, que vai propor salário mínimo de R\$ 1.502 em 2025, além da meta de déficit zero. Os dados estão no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) do ano que vem, que será enviado ao Congresso Nacional. A proposta traz as regras para elaboração do Orçamento de 2025 e precisa ser aprovada até 30 de junho pelo Legislativo Federal. A informação foi oficialmente apresentada durante coletiva de imprensa, no final da tarde, por representantes do Orçamento Federal do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), Tesouro Nacional e Receita Federal (Ministério da Fazenda). Se aprovado, o novo valor do mínimo representará aumento de R\$ 90 — ou 6,37% — em relação ao atual, que é de R\$ 1.412. A previsão ainda pode mudar ao longo do ano, uma vez que depende das projeções para a inflação. O aumento real, acima da inflação, é uma das marcas da política de valorização do salário mínimo, retomada pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2023. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

POLÍTICA

Congresso quer compensação de emendas vetadas, mas governo resiste

Poder Legislativo | 16/04/2024 – 13h55min

A negociação no Congresso em torno do veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aos R\$ 5,6 bilhões de emendas de comissão previstas no Orçamento de 2024 pressionou o governo a pedir o adiamento da sessão do Congresso. Agora, a previsão é que a análise dos vetos será em 25 de abril. Congressistas querem a compensação total do valor vetado, mas o governo quer repassar R\$ 3,6 bilhões. Como mostrou o Poder360 na 2ª feira (15.abr), o governo Lula bate a cabeça sobre como chegar a um acordo com deputados e senadores sobre este tema. Uma ala governista avalia que um artigo incluído no texto do projeto do Dpvt (leia mais abaixo) sobre antecipar despesas resolve a questão. No entanto, o Planalto não quer dar os R\$ 5,6 bilhões ao Congresso, o que faz a negociação ficar mais difícil. Fonte: Poder 360

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

Lula participa de Fórum Empresarial na Colômbia para ampliar comércio bilateral

Poder Executivo | 16/04/2024 – 09h17min

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Márcio Elias Rosa, e o presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (ApexBrasil), Jorge Viana, chegam na terça-feira à Colômbia, 4ª maior economia da América Latina, para participar do Fórum Empresarial Colômbia-Brasil, que ocorrerá na quarta-feira (17/4), em Bogotá. A ApexBrasil promoverá ainda nessa missão o lançamento do programa Jornada Exportadora, que será realizado de 17 a 24 de abril, na capital colombiana e em Medellín, segunda maior cidade da Colômbia. Os dois eventos dão continuidade a um conjunto de ações que o Governo Federal realizou no ano passado com o objetivo estratégico de estreitar as relações comerciais entre o Brasil e os países das Américas do Sul, Central e do Caribe, com vistas à cooperação e à abertura de novos mercados. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

RELAÇÕES EXTERIORES

3 números que mostram por que a economia verde pode impulsionar o comércio entre Brasil e Áustria

Poder Executivo | 03/04/2024 – 15h40min

De um lado, um país com oportunidades de negócios sustentáveis, de outro, o interesse em uma economia de baixo carbono. Empresários da Áustria se reuniram na segunda-feira (15) na Confederação Nacional da Indústria (CNI) para trocarem informações que possam fortalecer o comércio bilateral. O governo e o setor privado do país europeu estão interessados em negócios nas áreas de tecnologias verdes, que incluem energia hidrelétrica, gerenciamento e reciclagem de resíduos, gerenciamento de água e tratamento de águas residuais, descarbonização e eficiência energética. Há também oportunidades em mobilidade e infraestrutura, envolvendo transporte ferroviário, aviação civil, setor automotivo, teleféricos em áreas urbanas e turísticas, sistemas de gerenciamento de tráfego e combustíveis alternativos. Uma terceira frente é a de inovação e novas tecnologias, com foco especial em empresas em estágio inicial, empreendimentos emergentes e startups. Fonte: Portal da Indústria

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)

SAÚDE

Ministério das Comunicações participa de Congresso Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde

Poder Executivo | 15/04/2024 – 17h12min

O assessor do Departamento de Política Setorial da Secretaria de Telecomunicações, William Zambelli, representou o Ministério das Comunicações no Congresso Brasileiro de Telemedicina e Telessaúde. O evento, promovido pela Associação Brasileira de Telemedicina (ABTms), aconteceu entre os dias 11 e 14 de abril, no Centro de Convenções de Goiânia (GO). A conectividade na saúde - integração de diversas partes do setor por meio de tecnologias de informação e comunicação - estava entre os temas discutidos pelos participantes. Os palestrantes também falaram do futuro da saúde e as boas práticas em telessaúde no Brasil. Durante seu discurso de abertura, William Zambelli enfatizou o papel crucial dos recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para projetos de telemedicina e telessaúde. Fonte: Agência Gov

[Leia mais](#)
[Retorno ao índice](#)